

EDUARDO SILVA

# O negro e a conquista da abolição

**EDUARDO SILVA**  
é pesquisador da  
Fundação Casa de Rui  
Barbosa, no Rio de  
Janeiro.

A crise dos esquemas etnocêntricos de interpretação da história, nas últimas três décadas, tem permitido aos historiadores experimentar temas novos e direcionar suas pesquisas para objetos antes considerados “menores”, ou francamente desimportantes, como a vida cotidiana, a visão de mundo e a participação política do povo simples, pobre e obscuro.

O tema deste painel – “biografia e história cotidiana dos afro-descendentes” – nos leva a refletir exatamente sobre esses novos atores, que antes “não existiam”, e sobre a importância deles para nossa compreensão do processo histórico e do próprio fazer historiográfico. Como explicar, por exemplo, que os afro-descendentes (uma das maiores populações negras do mundo) ocupem um espaço tão limitado na história do Brasil? Será que não precisamos de uma “política afirmativa” ao menos no campo simbólico da historiografia? Será que não precisamos, também nós no Brasil, de uma “nova história do negro”, tal como se esboçou nos Estados Unidos há mais de cem anos? Uma nova história do negro, um novo paradigma teórico-metodológico, um novo modo de ver, o que foi magnificamente sintetizado pelo historiador John Hope Franklin como “uma notável tentativa de reabilitar um povo inteiro – demolir mitos raciais, estabelecer um lugar seguro e respeitável para o negro na evolução da ordem social [...], desenvolver o auto-respeito e a auto-estima entre os que tinham sido submetidos às maiores indignidades conhecidas no mundo ocidental”.

Uma nova história do negro, continua o professor Franklin, “uma valiosa tentativa de obrigar a nação [...] a se conservar com fé nela mesma, de fazê-la lembrar que a verdade é mais digna de louvor do que o poder, e que a justiça e a igualdade [...] devem-se aplicar a todos os seus cidadãos e até à escrita da história” (1).

Em outro trabalho tentamos realizar uma investigação ampla sobre a vida, o tempo e o pensamento de Dom Obá

Trabalho apresentado no “Encontro sobre Memória e História dos Afro-brasileiros e Afro-norte-americanos, Resistência e Inclusão”, promovido pelo Consulado Geral dos Estados Unidos, Biblioteca do Congresso dos EUA e Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nos dias 25 e 26 de novembro de 2002.

Agradeço o apoio do CNPq para a pesquisa do material utilizado neste artigo.

1 John Hope Franklin, *Raça e História: Ensaios Selecionados (1938-1988)*, tradução de Mauro Gama, Rio de Janeiro, Rocco, 1999, p. 64.

II d'África, um líder popular afro-brasileiro, um pioneiro do movimento negro, que atuou no período-chave de transição da escravidão para a liberdade (2). O presente artigo pretende discutir a participação dos afro-descendentes na Guerra do Paraguai (sobretudo através da figura histórica de Dom Obá) e a influência desse conflito, e dessa participação, na abolição da escravatura, tanto no Império do Brasil quanto na República do Paraguai. Tentaremos demonstrar, em síntese, que a abolição da escravatura não foi apenas uma dádiva da princesa Isabel, ou da classe dominante, ou do capitalismo internacional, mas, em última instância, uma conquista do povo negro no campo de batalha e, depois da guerra, no campo político.

Para bem cumprir nossos objetivos, dividimos o texto em três momentos distintos. No primeiro procuramos fornecer alguns dados básicos sobre as origens africanas, a vida e o pensamento político de Dom Obá II d'África, apenas para que possamos localizar o personagem no seu tempo e espaço. No segundo momento procuramos retomar a questão do “voluntariado da pátria”, que tem se mostrado uma das questões-chave da nova historiografia. Afinal, os soldados negros que defenderam o Brasil na Guerra do Paraguai foram “voluntários a pau e corda”, como a imagem que nos legou a elite brasileira de então, marcadamente escravista e preconceituosa, ou, muito pelo contrário, foram eles “valentes e briosos soldados” – e, portanto, merecedores do reconhecimento da nação, do Estado e até da historiografia –, como defende o príncipe Obá e outros líderes negros do período? Por fim, num terceiro momento, procuramos examinar a posição e importância desses mesmos soldados no tocante às questões políticas que têm lugar no pós-guerra, particularmente, a questão da abolição da escravatura.

## VIDA, ORIGENS E PENSAMENTO

Dom Obá II d'África, ou melhor, Cândido da Fonseca Galvão, nasceu na Vila dos Lençóis, no sertão da Bahia, em meados do

século XIX. Filho de africanos forros, brasileiro de primeira geração, era, ao mesmo tempo, por direito de sangue, príncipe africano, neto do poderoso Alafin Abiodun, o unificador do império de Oyó. A morte do rei Abiodun, no final do século XVIII, marcou o início de um longo processo de decadência e desmoronamento do império ioruba, que passa a sofrer uma série interminável de lutas internas e invasões externas. O povo ioruba, de vendedor que era, passa a ser vendido em grande quantidade no mercado de escravos, “iorubanizando” rapidamente a Bahia, desde a morte de Abiodun até 1850, quando o tráfico transatlântico foi finalmente proibido (3).

Alafin Abiodun, por intermédio da tradição oral africana, deixou a fama de sábio e de ter proporcionado um “longo e próspero” reinado para seus súditos. Rei próspero e poderoso, chegou a possuir centenas de esposas e, segundo se diz, teria sido pai de nada menos que 660 filhos (4). Com a sua morte e o processo de decadência do império ioruba – sobretudo depois de 1837, quando a própria capital, Oyó, foi tomada e destruída pela cavalaria fulani –, sabemos que pelo menos um desses filhos de Alafin foi aprisionado em batalha, ou vítima de alguma traição palaciana, e acabou vendido em Salvador como escravo, onde recebeu o nome cristão de Benvido. Usando certamente sua autoridade e prerrogativas de príncipe, Benvido deve ter conseguido envolver a comunidade ioruba de Salvador em algum sistema de cotização e, com grande rapidez, comprar sua alforria. O certo é que seu filho já nasceu no sertão da Bahia, na Vila dos Lençóis, por volta de 1845, como homem livre de cor, recebendo o nome de Cândido da Fonseca Galvão, ou Dom Obá II da diáspora.

Príncipe guerreiro, Dom Obá apresentou-se para lutar na Guerra do Paraguai, de onde saiu oficial honorário do Exército brasileiro, por bravura. De volta ao país, fixou residência no Rio de Janeiro, a capital do Império, onde passou a fazer campanha por melhores condições de vida para o povo e abolição da escravatura. A elite da época, ignorando totalmente os direitos

2 Eduardo Silva, *Prince of the People; the Life and Times of a Brazilian Free Man of Colour*, London, Verso, 1993. Edição brasileira: *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo; Vida, Tempo e Pensamento de um Homem Livre de Cor*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

3 Robert S. Smith, *Kingdoms of the Yoruba*, 3ª ed., London, James Currey, 1988, pp. 109 e segs.; Olúmiyíwá Anthony Adékòyà, *Yorùbá: Tradição Oral e História*, São Paulo, Terceira Margem, 1999, pp. 40 e segs.

4 Samuel Johnson, *The History of the Yorubas*, Lagos, CSS, 1976, pp. 186-7.

reais africanos, entendia o príncipe Obá como um homem “meio amalucado”, uma figura meramente folclórica, sem direito de figurar na história do Brasil. O povo negro, contudo, conhecia bem sua história, seguia sua liderança e o reverenciava como a um príncipe real, o príncipe do povo.

Dom Obá, apesar dos preconceitos da elite, era um líder influente na comunidade negra. Escravos, libertos e homens livres de cor não apenas compartilhavam suas idéias como contribuía financeiramente para a publicação das mesmas nos jornais. Muitos reuniam-se nas quitandas, nas tavernas e nas próprias casas de moradia para ler em voz alta e discutir seus artigos. O que defendia esse homem que parecia interessar tanto a seus leitores? No tocante às relações raciais, por exemplo, o príncipe Obá pensava completamente diferente de seus contemporâneos da elite, que viam as raças humanas como essencialmente diferentes. Para Dom Obá, ao contrário, as raças pareciam essencialmente iguais. Por isso, o combate ao racismo, a defesa da igualdade fundamental entre os homens, era um dos pontos centrais de seu pensamento e prática política. Defendia Dom Obá, naquele Brasil senhorial e escravista, que o valor dos homens não estava na cor da pele, como muitos ainda pensavam, mas no mérito, no valor guerreiro e humano de cada um. Isso, explicava ele, “por Deus mandar que quando o varão tiver valor não se olhará a cor”. Ele, portanto, um defensor da pátria como soldado, “vale muito mais que certos titulares de qualquer coisa [a nobreza da terra] que só buscam desmoralizar a sociedade com seus atos imorais” (5). Idéias semelhantes – e igualmente radicais – aparecem a todo instante nos seus escritos e não é necessário insistir nos exemplos, que são abundantes.

## OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Em sua autobiografia, Medeiros e Albuquerque escreveu que os batalhões de negros que partiam para a Guerra do Paraguai “se diziam voluntários, mas eram quase sem-

pre de recrutados à força”. Em certos círculos da elite – sobretudo da elite que não participou da campanha – esteve em moda referir-se a esses soldados, não vendo neles nenhum valor, como “voluntários de corda” ou “voluntários a pau e corda” (6).

Esse não foi, contudo, o caso do príncipe Obá, nem, seguramente, de muitos outros que, como ele, se apresentaram como “verdadeiros soldados”. Escrevendo ao imperador, anos mais tarde, voluntário Galvão refere-se à época do alistamento com grande orgulho, e tenta explicar os seus motivos: “Quando de todos os ângulos do Império soou o aflito brado, e os corações entusiastas dos filhos do Cruzeiro, possuídos do mais vivo e denodado patriotismo, correram pressurosos a reivindicar a honra da pátria vilmente ultrajada, o humilde súdito que vos fala deixou também aliar-se e difundir-se por todas as vísceras a flama viva, o fogo sagrado de amor à pátria” (7). Em outro texto, também dirigido a D. Pedro II, insiste o príncipe que foi mesmo “inspirado pelo Sacrossanto amor do Patriotismo”, que resolveu alistar-se “como verdadeiro soldado nas fileiras das valentes falanges dos briosos Voluntários da Pátria que marcharam [...] em diversos combates” (8).

Mais do que na documentação escrita ou iconográfica brasileira – que sofria já um processo de branqueamento simbólico – a presença maciça e a contribuição fundamental do soldado negro nos campos de batalha tornam-se evidentes sobretudo na visão do inimigo, nas expressivas e, nesse sentido, preciosas xilogravuras publicadas pelos jornais paraguaios de campanha, como *El Centinela* e *Cabichuí*. O *Cabichuí* (“abelha”, em guarani) era editado em Paso Pucu, em plena frente de batalha, e reflete diretamente a vida e a visão de mundo prevalente no *front* paraguaio. Tudo parece simples e direto. Os paraguaios sabiam perfeitamente contra quem lutavam. Já em seu logotipo, na primeira página, o *Cabichuí* mostra um homem negro despido (ou seja, um brasileiro desprotegido e despreparado para a guerra) sendo implacavelmente atacado pelas pequeninas, porém terríveis, abelhas paraguaias (Figura 1). Em outra

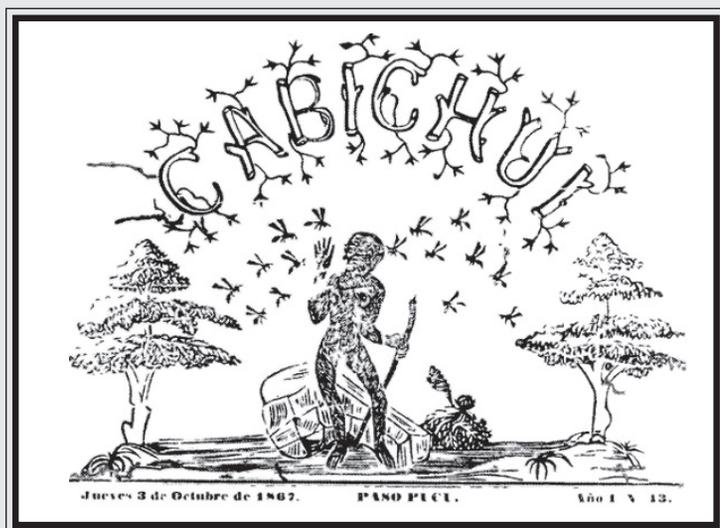
5 O *Carbonário*, Rio de Janeiro, 23/maio/1887, p. 4.

6 Medeiros e Albuquerque, *Quando Eu Era Vivo, 1867-1934*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Globo, 1945, p. 112.

7 Arquivo Seletivo do Exército (Rio de Janeiro). Pasta Cândido da Fonseca Galvão, “Memorial”, Bahia, 21/3/1872.

8 Idem, “Memorial”, Rio de Janeiro, 16/5/1874.

**FIGURA 1**  
Logotipo do jornal Cabichuí (Paraguai)

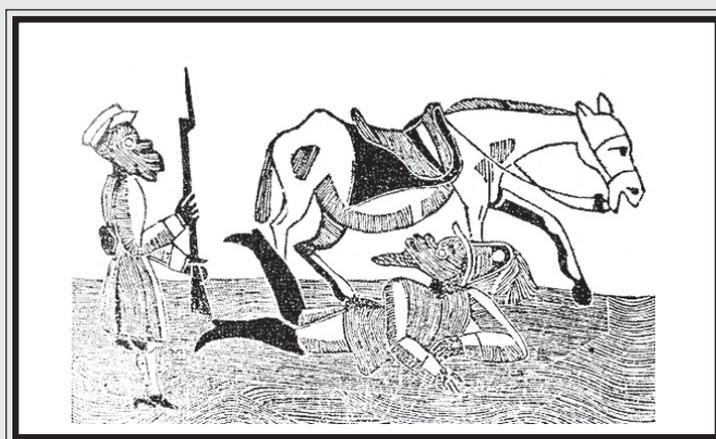


Fonte: Cabichuí, Ano 1, nº. 43, Paso Pucu, 3/out/1867, p. 1.

charge vemos um oficial negro – certamente um zuavo da Bahia – na posição ridícula de quem acaba de levar um tombo de seu cavalo (Figura 2).

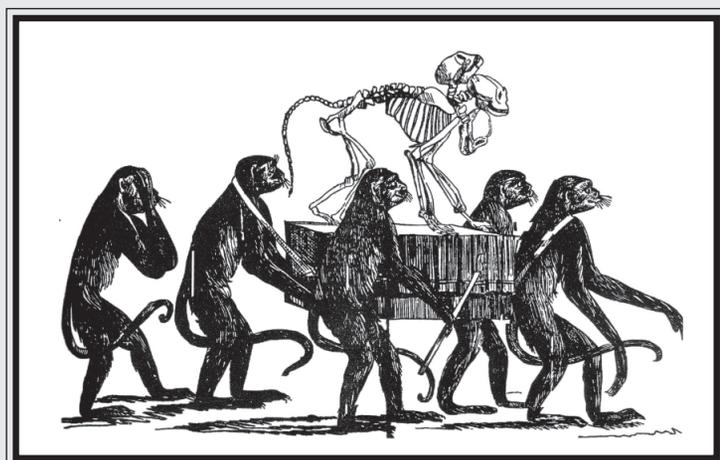
Não é preciso repetir eternamente os exemplos, que são abundantes: a imagem do Brasil, para os paraguaios – diferentemente da imagem que tínhamos de nós mesmos –, era a imagem de uma nação negra. Isso, evidentemente, porque os soldados contra os quais eles combatiam, os brasileiros que eles enfrentavam no campo de batalha, eram, sobretudo, os soldados negros. Basta lembrar, sobre esse ponto, o apelido genérico de “macaquitos”, como éramos conhecidos (e representados simbolicamente) não apenas pelos inimigos paraguaios (Figura 3), mas até mesmo pelos aliados argentinos e uruguaios.

**FIGURA 2**  
Oficial negro (zuavo da Bahia) caindo do cavalo



Fonte: T. Escobar, “A Gravura Popular, Outra Imagem da Guerra”, in M. E. C. M. Marques (org.), A Guerra do Paraguai: 130 Anos Depois, RJ, Relume Dumará, pp. 121-9.

**FIGURA 3**  
“Macaquitos Brasileños” carregam o peso da Tríplice Aliança



Fonte: El Centinela, Asunción, Imprensa Nacional, 1867.

Nas charges de *El Centinela*, jornal editado mais confortavelmente em Assunção, nas oficinas da Imprensa Nacional, o imperador do Brasil podia ser identificado, dentre os demais membros da Tríplice Aliança, por sua imensa cauda simiesca a lhe escapular por baixo do manto real ou do uniforme militar (Figura 4). Da mesma forma, a princesa imperial Dona Isabel – “*la Emperatriz del Brasil*” – era vista pelos paraguaios como uma enorme mulher negra, autoritária e

militarista, a comandar um bando de soldadinhos de sua mesma raça (Figura 5). E não só no Exército. Na Armada também, segundo registraram os paraguaios, os marinheiros negros eram a maioria absoluta e, como se diz, praticamente carregavam os navios nas costas (Figura 6).

Essa concentração maciça de afro-descendentes, além de criar e consolidar a imagem do país no exterior, não se faria sem conseqüências profundas, internamente, na cultura e na sociedade brasileira. Em seu “retrato oficial” (Figura 7) podemos ver o príncipe Obá trajando orgulhosamente seu uniforme de oficial do Exército e, ao mesmo tempo, cercado por poderosa simbologia afro-brasileira. À direita do príncipe – sendo o lado direito um espaço privilegiado na cultura ioruba – encontra-se uma

**FIGURA 4**

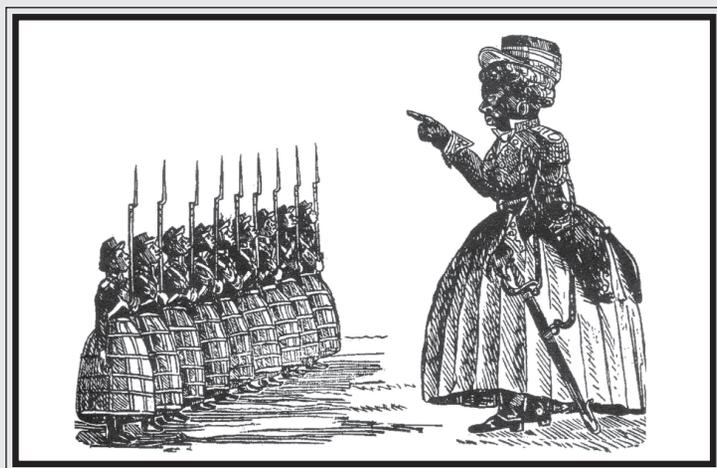
*Oficial paraguaio enforcando a Tríplice Aliança*



Fonte: J. Pla (org.), Cuatro Xilografuras de la Guerra del 70, Asunción, Museo del Barro/El Gráfico, s.d.

**FIGURA 5**

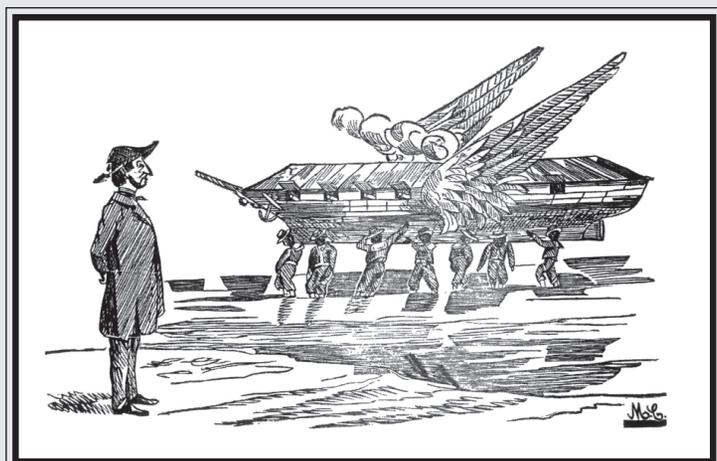
*Princesa imperial brasileira e seus soldados*



Fonte: El Centinela, Asunción, Imprensa Nacional, 1867.

**FIGURA 6**

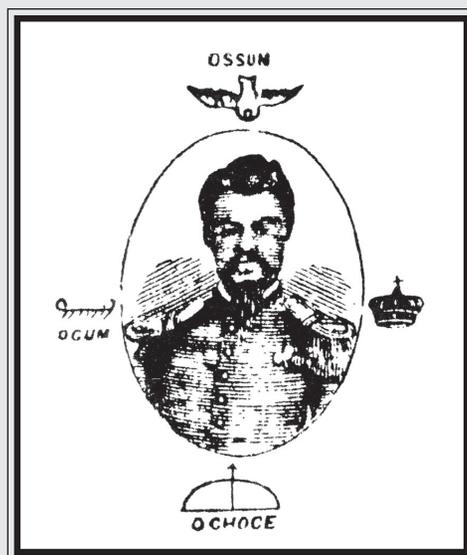
*Marinheiros negros carregando o navio nas costas*



Fonte: J. Pla (org.), Cuatro Xilografuras de la Guerra del 70, Asunción, Museo del Barro/El Gráfico, s.d.

**FIGURA 7**

*Retrato oficial de Dom Obá II D'África*



Fonte: Museu Imperial de Petrópolis. Arquivo de Manuscritos, maço 187, doc. 8473.

representação simbólica do fetiche conhecido como “ferramenta de Ogum” (uma haste horizontal com as pontas curvas, cortada por sete pequenos traços verticais). O uniforme militar e a “ferramenta de Ogum”, do lado direito, confirmam tratar-se de um príncipe guerreiro, um soldado da Guerra do Paraguai.

É claro que Dom Obá, como o soldado negro em geral, não marchou desprotegido para a guerra, mas já sob a guarda e proteção de Ogum, um dos orixás mais cultuados e poderosos tanto na África como no Brasil. Trata-se do deus da tecnologia do ferro, protetor dos ferreiros e, por extensão, das atividades em que os instrumentos de ferro são essenciais, como a agricultura, a caça e a guerra. No Brasil, sobretudo depois da Guerra do Paraguai, foi ressaltado seu aspecto guerreiro, mais do que na África, onde predomina seu aspecto civilizador e tecnológico. Não apenas o soldado negro levou sua cultura e religiosidade para a guerra, como a própria Guerra do Paraguai penetrou profundamente a religiosidade afro-brasileira. Nos candomblés da Bahia, por exemplo, Ogum passa a identificar-se com a cor azul-escuro, no mesmo tom da gloriosa jaqueta dos batalhões de zuavos, a tropa de Dom Obá, abandonando o vermelho e branco tradicional (9). No Rio de Janeiro, nos centros de umbanda, guarda-se ainda hoje a memória de que o próprio Ogum, o poderoso deus da guerra ioruba, alistou-se no Exército brasileiro, “jurou bandeira”, uniu as facções internas e protegeu os seus filhos.

“Ele jurou bandeira  
Ele tocou clarim  
Uniu Exército todo  
Ogum olhou por mim  
Na linha de umbanda  
Ogum Sete Ondas  
Ogum Beira Mar” (10).

A participação de Ogum foi particularmente importante, segundo a mesma tradição oral, no auge da luta, no inaudito esforço para a tomada da fortaleza de Humaitá, que se estendeu por um ano inteiro, de agosto de 1867 a agosto de 1868. Aqui, mais uma vez,

“Seu Ogum fez a ronda na campina” e protegeu o acampamento brasileiro:

“Seu Ogum fez a ronda  
Na campina  
Jurou bandeira  
Nos campos do Humaitá  
Saravá Coroa de Ouro  
E sua macaia  
Saravá seu Ogum  
Nesse gongá” (11).

Na tomada da fortaleza de Humaitá, Ogum não apenas “jurou bandeira”, mas pegou em armas e deu carga de cavalaria contra os paraguaios. Na cultura ioruba, originalmente, existiam sete Oguns, cada qual ressaltando uma característica particular, ou regional, do deus da guerra. O último, *Ogún Mejeje* (literalmente, “Os Sete Oguns”), como que enfeixava as virtudes guerreiras universais. Exatamente esse Ogum – para muitos identificado com a imagem de São Jorge da Capadócia – tomou a frente nas horas mais decisivas de Humaitá:

“Ogum Mejê general de umbanda  
Em seu cavalo  
Seu Ogum foi guerrear  
Com a sua espada  
Com a sua lança  
Venceu demandas  
Nos campos do Humaitá” (12).

Se a Guerra do Paraguai atinge e comove até os deuses, o que esperar do pobre homem comum? Depois da guerra, a nova dignidade de soldado vitorioso e cidadão brasileiro levou o povo negro a demandas até então inimagináveis ou adormecidas. Demanda, por exemplo, por abolição, cidadania e participação política. “É justo que a pátria escute a voz do defensor da pátria como soldado”, defende o príncipe Obá depois da guerra. Ou será – pergunta ele já sem paciência – que os afrodescendentes, no Brasil, só servem para “cornetas e soldados”? Depois da guerra, não apenas a escravidão, mas as profundas desigualdades sociais brasileiras pareciam inaceitáveis. “O governo [...] deu

9 Tradição oral recolhida, a pedido do autor, pelo prof. Cristiano Henrique dos Santos em terreiros do Rio de Janeiro, 2002.

10 Pontos cantados de Ogum recolhidos, a pedido do autor, pela professora Sílvia Amaral Pimenta de Pádua, Centro Espírita Pai José de Aruanda, Niterói, 2001.

11 Idem.

12 Idem.

lugar a todos nós irmos para o teatro da guerra”, argumentava o príncipe, sempre inconformado sobre esse ponto, mas “hoje estamos vendo nossos irmãos morrendo à fome, sem termos o necessário para nossa subsistência” (13).

Para o príncipe Obá, como para muitos de seus seguidores, a idéia de “direito de cidadania” não vinha da Constituição de 1824, que a maioria nem sequer conhecia, mas principalmente do alistamento militar e do heroísmo demonstrado nos campos de batalha. “Como soldado patriota que sou, entendo que não faço mais do [que] o meu dever [...] em tomar parte ativa em todos assuntos que entendo ver gravi[dade]”, pontificava o príncipe com freqüência (14).

Para o príncipe, a conquista da cidadania, em termos concretos, começou com o alistamento para a Guerra do Paraguai e continuou, depois da guerra, com o processo de abolição progressiva. Alistamento militar e conquista da cidadania plena, para ele, pareciam compor um mesmo processo histórico. Primeiro, conforme entendia, houve o decreto de 7 de janeiro de 1865, criando os Voluntários da Pátria, que “deu lugar a todos nós irmos para o teatro da guerra” (15). Depois, em 1867, no auge da guerra – e, portanto, já conhecendo o valor e a contribuição do soldado negro –, o imperador, na “fala do trono”, colocou a emancipação dos escravos, pela primeira vez, como um problema político a exigir solução legislativa. Dois anos depois, no dia 2 de outubro de 1869, já no fim da guerra, estando Assunção ocupada, o governo provisório da República do Paraguai assinou a abolição da escravatura. A iniciativa atendia a uma sugestão formal do próprio conde d’Eu, marido da princesa imperial e comandante das forças brasileiras de ocupação. É claro que sugerir ou pressionar pela abolição da escravatura na casa do vizinho é bem mais fácil do que fazê-lo no próprio quintal, embora, seja como for, a iniciativa serviu para deixar bem claro a posição pessoal do conde, bem como da corporação militar por ele comandada.

É interessante notar também o outro lado. O decreto paraguaio que aboliu a escravidão, tal como foi concebido, não deixa de conter uma sutilíssima crítica ao Brasil, onde a escravidão persistia e era culturalmente dominante. Nele o governo provisório do Paraguai, num texto muito bem arquitetado, simplesmente considera a escravidão “incompatível [...] com os princípios de liberdade, igualdade e justiça”, uma “instituição anticristã”, “um triste legado do passado”. Na verdade, com esse decreto, não apenas ficou “abolida totalmente a escravidão” no Paraguai (artigo primeiro), como o país transformou-se, oficialmente, numa espécie de “quilombo” ou território livre para os escravos brasileiros. Assim rezava, explicitamente, o artigo segundo: “Seis meses depois de promulgado o presente decreto será igualmente livre todo indivíduo, qualquer que seja a sua condição anterior, pelo único fato de ter pisado o território paraguaio” (16). Essa, na minha opinião, foi a primeira e verdadeira “Ponte da Amizade” entre os dois países. E exatamente assim foi percebida pelos escravos (e afro-descendentes em geral), que passaram a contar, desde então, com uma saída, ao menos simbólica, para as pequenas perseguições e injustiças do dia-a-dia, como bem registrou um velho samba-de-roda da Bahia:

“A polícia não quer  
que eu sambe aqui.  
Aqui mesmo hei de sambá!  
A polícia não quer  
que eu sambe aqui.  
Vou sambar no Paraguá!” (17).

A abolição da escravatura no Paraguai podia agradar ao conde d’Eu e seus soldados negros, mas certamente não agradava nada aos senhores de terra e escravos do Brasil. Não foi por mero acaso que a abolição no Paraguai foi imediatamente percebida como um ato precursor da abolição no Brasil. “O ato do Príncipe, o esposo da Princesa Imperial, tem a maior significação para nós, país onde existe a escravidão com todos os seus horrores”, não se cansa-

13 Dom Obá II d’África, “Ao País e ao Respeitável Público” (VII), in *O Carbonário*, 8/9/1882, p. 4.

14 Idem, “Ao Universo Imploro a Suplicada Saudação” (III), in *O Carbonário*, 8/6/1887, p. 4.

15 Idem, *ibidem*.

16 *O Abolicionista*, ano 1, nº 2, Rio de Janeiro, 1<sup>a</sup> de dezembro de 1880, p. 5.

17 Gustavo Barroso, *A Guerra do Lopez; Contos e Episódios da Campanha do Paraguai*, 3<sup>a</sup> ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929, p. 16; Pedro Calmon, *op. cit.*, p. 237.

va de lembrar, durante a campanha abolicionista, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, chefiada por Joaquim Nabuco (18).

## A CONQUISTA DA ABOLIÇÃO

Depois da guerra e da abolição no Paraguai, a expectativa de liberdade só faria crescer entre homens como Dom Obá II d'África. Em 1871, a Lei Rio Branco, de 28 de setembro, declarou livres os filhos de escravos nascidos a partir daquela data e criou um fundo para a libertação gradual, por indenização, dos adultos. Quatorze anos depois, em 1885, a Lei Saraiva-Cotegipe tratou cosmeticamente da libertação dos escravos maiores de 65 anos e, de novo, regulou "a extinção gradual do elemento servil". Pouco depois, em 16 de outubro de 1886, ainda sob o gabinete Cotegipe, a pena de açoite foi eliminada dos estatutos legais do país.

Dom Obá II, como muitos outros cidadãos-soldados, apoiava tais medidas não apenas em seus artigos como em suas frequentes visitas às ante-salas do poder. Lutando contra essa "horrrível mancha" da escravidão, dizia ele, "temos sabido cumprir com o nosso dever". E propunha a abolição total já em 1882, porque "não é só serem [os escravos] bem tratados como provado está para todos os governos" (19).

O príncipe não poupa entusiasmo em sua apologética aos gabinetes conservadores do visconde do Rio Branco (1871-75) e do barão de Cotegipe (1885-88), responsáveis, respectivamente, pelas leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, que cortam as asas do sistema e, ao mesmo tempo, regulam sua extinção gradual. "Tudo isso foradado no sábio gabinete que libertou os ventres [das mulheres escravas], onde sempre militei como preto soldado", escreveu ele em 1886. "Ei-lo o gabinete 7 de março de 1871 onde teve à sua frente os eminentes estadistas da ordem como mestre o imortal Rio Branco e todos os seus membros bem conhecidos." Da mesma forma, continua-

va, "como tem feito o digno barão de Cotegipe no honrado gabinete de 20 de agosto de 85, que em ambos tenho fielmente militado" (20).

Tal processo de subversão da ordem escravista, segundo entendia o príncipe, era tocado pela Coroa em nome dos soldados negros que defenderam a nação. Quando sentia que o processo histórico necessitava de uma boa ajuda, apelava o príncipe para as poderosas forças do sincretismo afro-brasileiro. "Por isso", confessou ele por ocasião do primeiro aniversário da abolição do açoite, "invoco sempre ao bem-estar dos conselheiros enfermos França e Junqueira [...] em todas as minhas preces [...] a santa Bárbara e aos mais santos da África" (21).

A questão dos castigos físicos era particularmente significativa para os Voluntários da Pátria. A Constituição de 1824, em seu artigo 179, parágrafo 19, proibia expressamente "os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis" (22). A Constituição era liberal, mas a elite nem tanto. Apenas cinco anos depois da Constituição, já o código criminal de 1830, reforçado por lei de 1835, trouxe de volta sutilmente o açoitamento público para escravos que atentassem contra a vida de seus senhores, administradores, capatazes e respectivas famílias. As posturas municipais, pelo Brasil afora, também não davam conta da Constituição e estabeleciam penas de açoite para as ofensas cometidas por escravos (23). Daí, podemos imaginar a verdadeira consternação, entre libertos e homens livres, ao reencontrarem as penas de açoite nas regras disciplinares das forças armadas em que haviam se alistado, como verdadeiros voluntários. Tais punições, defendia desassombrado o príncipe Obá, iam contra a dignidade de homem livre, exatamente o pré-requisito essencial para ser um soldado e cidadão brasileiro. Segundo entendia o príncipe, "homens livres não são escravos para serem castigados" (24). Para ele, tais punições eram o "cancro que cativava [em sentido literal: tornava cativo, escravizava] todos [os] fortes fiéis defensores da pátria". Sol-

18 *O Abolicionista*, op. cit., nota 23.

19 Dom Obá II d'África, "Ao País e ao Respeitável Público" (VI), in *O Carbonário*, 4/9/1882, p. 4.

20 Idem, "Não Há Vitória sem Grande Batalha" (II), in *O Carbonário*, 5/10/1886, p. 4.

21 Idem, "Não Há Vitória sem Grande Batalha" (IV), in *O Carbonário*, 15/10/1886, p. 4.

22 *Constituição Política do Império do Brasil*, op. cit., p. 64.

23 Américo Jacobino Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa, *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*, Brasília/Rio de Janeiro, Ministério da Justiça/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, pp. 129 e segs.

24 Dom Obá II d'África, "A Justiça e a Consciência" (III), in *O Carbonário*, 24/4/1887, p. 4.

dados-cidadãos, “defensores da pátria”, eram tratados “como ladrões e assassinos e usurpadores de cavalo”. Quando o Exército aboliu oficialmente esse tipo de punição, pouco depois da guerra, em 1874, o príncipe se convenceu da eficácia de seu incansável trabalho de *lobby* percorrendo as ante-salas dos ministros e outras autoridades. “Poeta não nos falta”, desabafou ele, “o que nos falta porém são estadistas da natureza dos conselheiros [...] Cotegipe, João Alfredo e Junqueira, que souberam libertar [os soldados do] Exército da chibata, que [até] então permaneciam como escravos”. Por esse “grande benefício”, o príncipe não se cansava de pedir a proteção de Deus para o ministro da Guerra. “Em paga deste nobre feito”, dizia ele, “todos soldados e patriotas amigos da liberdade da Pátria devem rogar a Deus pela conservação da existência do conselheiro João



José de Oliveira Junqueira e a todos de igual sentimento” (25).

Soldado valoroso, defensor da pátria nos “campos gloriosos da peleja”, Dom Obá sentia-se com autoridade moral para criticar abertamente a classe dominante e os defensores da ordem escravista. “O único desejo que certos ingratos brasileiros têm é serem acompanhados da preguiça, e não desejarem o bem-estar do país, nem coadjuvar o cego desejo da nação inteira em ser de uma só vez lavada a grande mancha da escravidão.” Para esses maus brasileiros, escravocratas da gema, o príncipe anunciava o castigo divino: “Pois o fim deles é acabarem doidos varridos para pagarem as consciências que devem a Deus e às majestades, tanto quanto aos pretos e pardos” (26). Tais “fidalgos [...] por serem os mais ricos”, queriam “Deus para si e o diabo para os demais [...] tanto quanto a escravidão que não querem dar à liberdade [...], como dão nos lugares mais civilizados da Europa” (27).

Em conclusão, podemos dizer que a Guerra do Paraguai permitiu o aparecimento de expectativas novas de liberdade, não apenas entre os soldados que voltavam vitoriosos, mas também entre seus antigos companheiros, escravos, libertos e homens livres que aqui ficaram. A idéia de liberdade, depois da guerra, deixou de significar apenas o projeto individual de compra de alforria, ou mesmo a rejeição radical da sociedade através da “fuga para fora” e formação de quilombos em locais de difícil acesso (28). A conquista da liberdade, depois da Guerra do Paraguai, passou a ser percebida como um projeto político-social.

Depois da guerra, com a vitória, surgem com grande força as idéias de auto-estima. Para muitos seguidores de Dom Obá, por exemplo, a raça negra não apenas era linda (como quis bem mais tarde o movimento Black’s beautiful, nos Estados Unidos), mas “superior do que os mais finos brilhantes” (29). O príncipe defende as mesmas idéias e mostra-se sempre muito orgulhoso de sua negritude, de sua origem africana e, particularmente, de seus grandes feitos como soldado na Guerra do Paraguai.

25 Idem, “Não Há Vitória sem Grande Batalha” (III), in *O Carbonário*, 8/10/1886, p. 4.

26 Idem, “A Justa Palavra Perante Deus...” (II), in *O Carbonário*, 8/6/1883, p. 4.

27 Idem, “Ao País e ao Respeitável Público” (VII), in *O Carbonário*, 8/9/1882, p. 4.

28 Sobre o conceito de “fuga para fora”, ver: João J. Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito: a Resistência Negra no Brasil Escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, cap. 4.

29 *O Carbonário*, 28/6/1886, p. 4.